

Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Ética, Direitos Humanos e Serviço Social

**Sub-eixo: Ética, Direitos Humanos e enfrentamento das expressões cotidianas da
alienação e da barbárie**

**OPERAÇÃO ACOLHIDA: A MILITARIZAÇÃO DA AJUDA HUMANITÁRIA PARA
MIGRANTES VENEZUELANOS NO BRASIL**

GLEICE ERBAS¹

RESUMO:

A partir de análise bibliográfica, problematiza-se a Operação Acolhida como ação humanitária que faz parte de ações cívicas sociais utilizadas pelos militares para aliviar o sofrimento em massa, e ao mesmo tempo, servem a interesses políticos e econômicos que reforçam as relações de poder, além de propagar uma ideologia que impacta o imaginário da opinião pública a favor das Forças Armadas.

Palavras-chaves: Humanitarismo; Forças Armadas, Migrações, Venezuela, Ações Cívico Sociais.

ABSTRACT:

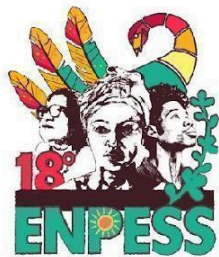
A bibliographical analysis problematizes Operação Acolhida as a humanitarian action that is part of the civic social actions used by the military to alleviate mass suffering, and at the same time serves political and economic interests that reinforce power relations, besides propagating an ideology that impact the imaginary of public opinion in favor of the Armed Forces.

Keywords: Humanitarianism, Armed Forces, Migrations, Venezuela, Civic Social Actions.

INTRODUÇÃO

Este artigo visa apresentar considerações introdutórias sobre a presença das Forças Armadas brasileiras na Operação Acolhida, uma ação governamental destinada a fornecer assistência emergencial ao crescente fluxo migratório de venezuelanos, resultante da grave crise econômica, política e social na Venezuela. Parte-se do pressuposto do envolvimento

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

militar representar a militarização como prática de dominação e intervenção da “Questão Social” por meio de Ações Cívico Sociais (ACISO). Essa militarização se capilarizou e se tornou uma forma de gestão da pobreza, representando uma nova política de controle e vigilância, ajustando-se às novas dinâmicas sociais e políticas do modo de produção capitalista.

Desde os tempos mais remotos, os seres humanos migram em busca de melhores condições de vida. No entanto, na contemporaneidade, observa-se um aumento das migrações entre os países do Sul Global, caracterizado por deslocamentos para e entre os países da América Latina e Caribe, bem como os fluxos oriundos de países da África. Esse cenário é marcado por "múltiplos determinantes do desenvolvimento capitalista, questões climáticas, relações e disputas geopolíticas e diplomáticas entre os Estados" (Paiva e Gonçalves, 2021, p. 164), onde se constata ser o modo de produção capitalista o principal responsável pelo deslocamento de vidas ao redor do mundo.

Tal conclusão tem fundamento, especialmente do ponto de vista de Robert Kurz (2005, p. 23). Segundo o autor, a migração mundial não é um processo que pode ser explicado a partir de si mesmo, nem é um fenômeno de uma mudança apenas cultural, demonstrando um novo caráter nômade ou uma essência humana propriamente nômade. Em sua concepção, a migração só pode ser explicada como um fenômeno de um desenvolvimento social concreto, historicamente realizado como um processo violento, denominado por Marx de "acumulação primitiva", em que pessoas foram expulsas de suas terras e socialmente desenraizadas.

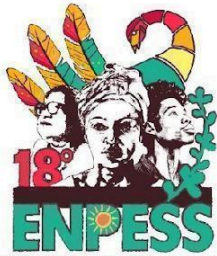
No século XXI, com os novos contornos apresentados, os deslocamentos humanos se tornam um grande desafio tanto para migrantes, quanto para as sociedades de acolhida. Desde 2015 os fluxos migratórios de venezuelanos para o Brasil tem crescido. Entre os principais atores envolvidos na Operação Acolhida estão as Forças Armadas brasileiras, cuja presença levanta questões sobre a militarização da assistência humanitária.

Historicamente, as Forças Armadas brasileiras têm desempenhado papéis variados em situações civis em contextos não bélicos como ações cívico sociais (ACISOS): Projeto Soldado Cidadão, Programa Calha Norte, Projeto Rondon, Projeto João do Pulo, entre outros², e intervenções diretas em questões de segurança em contextos urbanos como as

operações para Garantia da Lei e da Ordem nos Complexos da Penha, do Alemão e da Maré³, assim como em missões de paz como a MINUSTAH, ou seja, implementação de ações que

² Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/programas-sociais>. Acesso em: 20 Jun. 2024.

³ Conforme aponta o Dicionário de Favelas Marielle Franco. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Guerra_ao_crime_organizado%3F_Favelas_e_interven%C3%A7%C3%A3o_militar. Acesso em: 20 jun. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

reforçam a manutenção da ordem e do controle social.

A revisão bibliográfica sugere: as ações em contextos não bélicos, em sua essência, representam ações cívico-sociais utilizadas pelo Estado para mitigar a vulnerabilidade da população, principalmente aquelas em sofrimento derivado de crises econômicas, mudanças climáticas e conflitos geopolíticos. No entanto, essas ações frequentemente servem a interesses políticos e econômicos, funcionando como instrumentos que reforçam as relações de poder, além de disseminar uma ideologia que impacta o imaginário da opinião pública a favor das Forças Armadas.

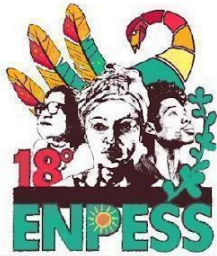
Assim, para a discussão inicial sobre a militarização como prática de dominação e intervenção na questão social, foram analisados artigos acadêmicos e bibliografias referentes à temática da militarização da América Latina, o papel dos militares na política brasileira, a ajuda humanitária e a Operação Acolhida.

O artigo está estruturado em três seções, além da introdução e considerações finais. Na primeira seção, abordará pontos importantes da militarização da América Latina para compreender a relação entre as forças armadas e a política brasileira. Na segunda parte, caracteriza-se a ajuda humanitária. Por último, apresenta-se a Operação Acolhida, considerada ajuda humanitária aos venezuelanos no Brasil.

2 NOTAS SOBRE A MILITARIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

A militarização do Estado brasileiro não é um fenômeno isolado, parte de um contexto mais amplo presente em toda América Latina. Sob o ponto de vista de Rouquié (1984), a militarização dos países latino americanos está intrinsecamente ligada ao processo histórico, marcado por fatores que incluem a colonização europeia, que impôs estruturas de poder e dominação; uma economia dependente, que coloca os interesses estrangeiros acima dos nacionais; e a influência militar consolidada na política e nos governos desses países.

Segundo Lowy e Sader (1979), a militarização do Estado não consiste apenas na passagem do puramente militar ao político, mas no extravasamento das forças armadas sobre o conjunto do aparelho do Estado, incluindo a fusão total ou parcial dos aparelhos repressivos com outros aparelhos do sistema de dominação política. Na história da América Latina desde a independência dos Estados até hoje, a militarização é uma resposta estrutural às crises econômicas e sociais, reforçada pela dependência econômica e pela pressão de interesses externos, especialmente pelo imperialismo norte americano. Para os autores, historicamente, a presença militar em governos latino americanos se intensificou em momentos de instabilidade



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

política e econômica, funcionando como um mecanismo de controle social e de defesa dos interesses das elites dominantes.

Ressalta-se assim, a influência militar na política latino-americana. Durante a Guerra Fria, por exemplo, muitos países dessa região experimentaram golpes militares apoiados pelas superpotências, em especial os Estados Unidos, como parte de uma estratégia para conter o avanço do comunismo. Essas ditaduras militares, espalhadas na América Latina nas décadas de 1960, 1970 e 1980, deixaram um legado de repressão, violação de direitos humanos e controle autoritário que ainda ressoam em algumas instituições civis e nas instituições militares.

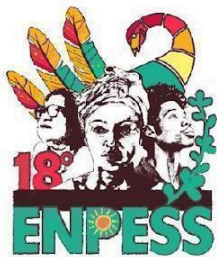
No caso específico do Brasil, conforme expõe Penido (2024), o fenômeno mais presente da história política do país é a tutela militar sobre a política. Para a autora, as forças armadas brasileira sempre tiveram à direita do espectro político, começando com a independência, consolidando-se na Proclamação da República e continuando na contemporaneidade, assumindo grande protagonismo durante a Era Vargas, e mais recentemente, no governo de Jair Bolsonaro. Assim, observa-se no contexto brasileiro que, mesmo após a redemocratização, a presença dos militares na política brasileira não desapareceu e sua influência pode ser vista em momentos de crise política e social, onde a intervenção militar é frequentemente considerada uma solução plausível.

Como o Brasil não tem ameaças de guerras, Penido (2024) aponta como as Forças Armadas têm se dedicado cada vez mais a atividades de segurança e outras atividades de natureza não militar no interior do país. Como exemplo, a autora destaca a classificação equivocada das “migrações em massa enquanto uma ameaça à segurança do Estado, pois estas gerariam fragmentação das identidades nacionais e aumento da criminalidade” (Penido 2024, p. 117).

A estudiosa observa que:

Um dos efeitos dessa ampliação no escopo de atuação é o reforço da militarização dos temas de segurança através da confusão entre o que é um inimigo e quem é um cidadão em conflito com a lei (Rodrigues, Castro e Mendonça, 2016), e o conseqüente enfraquecimento da autoridade pública sobre as instituições militares. Determinados tipos de atividade – notadamente aquelas que ocorrem no interior das fronteiras nacionais – aumentariam a probabilidade de protagonismo militar na política doméstica (Desch, 1999). Atribuições subsidiárias e assistenciais teriam maior peso político, pois impactam na opinião pública sobre as forças armadas [...] (Penido, 2024, p. 117).

Essa discussão é fundamental para esse debate, pois a forma como o país deve empregar suas forças armadas se configura, conforme aponta Penido (2024), como o controle



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

funcional, ou seja, à capacidade do Estado em definir as ameaças e o desenho de uma política militar que determine contra quais ameaças as forças armadas serão empregadas.

Diante desse debate introdutório sobre a militarização que emergem as ações cívico sociais realizadas pelos militares brasileiros. Acredita-se que a atuação das forças armadas no cenário brasileiro tem se tornado uma forma de gestão da pobreza e controle social. Os programas já citados na introdução desse artigo, como o Projeto Soldado Cidadão, Projeto Rondon entre outros, exemplificam como as Forças Armadas são mobilizadas para atuarem em atividades de caráter não bélico, com o discurso de promover assistência social e desenvolvimento comunitário. Entretanto, essas iniciativas embora apresentadas pelo Estado brasileiro como medidas de mitigação de vulnerabilidades, frequentemente reforçam a presença militar na vida cotidiana dos brasileiros, disseminando uma ideologia favorável a aceitação pública da intervenção militar em questões civis.

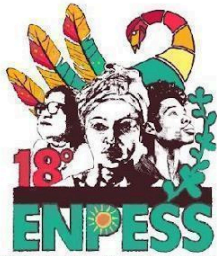
Assim, a atuação das Forças Armadas em ações como a Operação Acolhida se insere em um contexto mais amplo da militarização, onde as fronteiras entre segurança e ajuda humanitária se tornam cada vez mais difusas, ampliando o escopo da influência militar sobre a sociedade. Essa propagação positiva tornou, segundo pesquisa do Datafolha de março de 2024, as Forças Armadas como instituição mais confiável dos brasileiros. Segundo a pesquisa o índice de pessoas que afirmaram confiar muito na instituição subiu 3%, passando de 34% em setembro de 2023 para 37% em 2024⁴.

3 AJUDA HUMANITÁRIA: BREVE CARACTERIZAÇÃO

Para BIJUS e SILVA (2019), foi no século XX, após a ocorrência dos grandes conflitos étnicos, religiosos, guerras civis e catástrofes naturais, que a comunidade internacional passou a debater temas pertinentes ao direito humanitário internacional, como a prestação de ajuda humanitária pelos Estados e Organizações Internacionais. Para as autoras, ajuda humanitária consiste no envio de medicamentos, alimentos, profissionais de saúde e voluntários para prestar solidariedade às vítimas e aliviar o sofrimento da população atingida durante conflitos armados ou desastres naturais e industriais.

Observa-se que as autoras, ao escreverem sobre ajuda humanitária, valorizam o trabalho

⁴ Disponível em: <https://www.eb.mil.br/web/noticias/w/pesquisa-datafolha-aponta-que-forcas-armadas-sao-as-instituicoes-mais-confiaveis#:~:text=As%20pesquisas%20mostram%20que%20a,entre%20as%20instituic%C3%A7%C3%B5es%20mais%20confi%C3%A1veis>. Acesso em: 28 Jun. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

das forças armadas, pois para elas, através do direito humanitário, os contingentes militares criam estratégias inovadoras, visando repassar à comunidade afetada um conjunto de princípios e regras com objetivo de limitar a exposição de meninas e mulheres ao estupro ou assédio sexual, protegendo-as. Além disso, tem como intuito primordial mitigar os efeitos da violência nos combates, com foco no resultado da missão, que é debater o conflito e restaurar a paz.

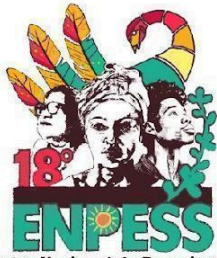
Embora a ajuda humanitária, na visão simplista das autoras, seja essencial para minimizar o sofrimento em massa de pessoas em situações de desastres naturais, crises econômicas e conflitos armados, tal ajuda revela um paradoxo. Apesar de ser destinada a aliviar o sofrimento, a ajuda humanitária é frequentemente influenciada por interesses econômicos, políticos e culturais dos países envolvidos, principalmente das grandes potências mundiais. Esses Estados constantemente utilizam as crises como forma de exercer poder sobre nações fragilizadas e são criticados por violações aos direitos humanos.

Douzinas (2015) em seu texto “As muitas faces do humanitarismo”, na contramão das análises de BIJUS e SILVA (2019), fornece uma sólida crítica teórica sobre o humanitarismo. Seus argumentos desafiam as narrativas dominantes, promovendo uma compreensão das complexidades da dinâmica do poder e controle que se apresentam implícitos nessas práticas. O autor explora as diversas transformações do humanitarismo ao longo do tempo, revelando as adaptações sofridas conforme o contexto político, econômico e social.

Segundo Douzinas (2015) as primeiras formas de humanitarismos estavam ligadas à caridade religiosa, caracterizadas por ações de socorro e assistência oferecidas por organizações religiosas e grupos filantrópicos. Com o advento do século XX, principalmente após as duas grandes Guerras Mundiais, o humanitarismo se institucionalizou, com a criação da Cruz Vermelha e as Nações Unidas. Nesse período o humanitarismo se fundiu com o discurso dos direitos humanos, levando à criação de uma série de convenções internacionais e organizações voltadas para proteção e promoção desses direitos.

No final do século XX, ocorre uma grande mudança no humanitarismo. Segundo o autor, o humanitarismo em nome dos direitos humanos se transformou em uma ferramenta para intervenções políticas e militares. Missões de paz e operações militares começaram a ser justificadas como necessárias para proteger populações civis, criando uma justaposição entre assistência humanitária e intervenção militar. Este período também viu a crescente securitização do militarismo, onde as ações humanitárias foram utilizadas para estabilizar regiões e prevenir migrações que eram vistas como ameaças a segurança nacional das nações ocidentais.

Outra importante transformação destacada pelo autor se refere ao humanitarismo em tempos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

neoliberais. Nesse período, o humanitarismo passou por fortes influências de ONGs e setores privados que começaram a operar dentro de uma lógica de mercado, competindo por fundos e influências, revelando nessa perspectiva alimentar a indústria da pobreza, onde governos, ONGs e empresas lucram, enquanto os recursos não chegam aos necessitados.

Nesse sentido, o humanitarismo moderno, conforme argumenta Douzinas (2007), funciona como uma ideologia que mascara interesses neocolonialistas. Assim, o autor ao refletir sobre as implicações políticas, econômicas e sociais que permeiam as ações de ajuda humanitária questiona a verdadeira intenção do humanitarismo contemporâneo.

4 OPERAÇÃO ACOLHIDA: AJUDA HUMANITÁRIA AOS MIGRANTES VENEZUELANOS NO BRASIL?

Entender a ajuda humanitária no contexto da Operação Acolhida levanta questões importantes sobre a militarização. Esses elementos podem revelar as dinâmicas e as implicações da intervenção militar em operações de assistência humanitária, oferecendo um rico campo para o debate acadêmico e político.

A Operação Acolhida foi criada em 2018 no governo do ex-Presidente Michel Temer (2016-2018), sendo reconhecida pelo Estado brasileiro e pelas agências internacionais para assuntos migratórios como ajuda humanitária. Seu objetivo era atender o intenso fluxo de migrantes e refugiados venezuelanos, iniciado em 2015. Para uma aproximação da realidade, é necessário inserir a operação no escopo das intervenções militares, constituindo-se como um elemento de extrema relevância à compreensão do cenário atual das ações humanitárias dispensadas pelo Estado brasileiro, suscitando uma série de implicações que necessitam ser cuidadosamente analisadas e problematizadas.

Um ponto de fundamental importância foi destacado por Paiva e Gonçalves (2021) e diz respeito ao papel das Forças Armadas, especialmente durante o governo de Jair Bolsonaro. Nesse contexto, os militares assumiram tanto o controle das fronteiras quanto a administração dos abrigos aos imigrantes. O estudo realizado pelas autoras aponta que, apesar da parceria desta ação com diversos órgãos federais, inclusive o Ministério da Cidadania, que detém todas as normativas do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), a lógica que imperava nos abrigos não estava alinhada aos princípios da Assistência Social. Segundo as autoras, toda a gestão dos abrigos era conduzida por profissionais do direito e das relações internacionais, enquanto o controle de entrada e saída dos abrigos estava sob o comando dos militares,

evidenciando a ausência de equipes técnicas do SUAS em todo o processo de acolhimento desses migrantes.

Nesse contexto, o estudo das autoras lança luz sobre a presença dos militares nos abrigos, apontando que a militarização do processo de acolhida e interiorização dos venezuelanos gerou conflitos, violações de direitos humanos e um descumprimento do pacto federativo da descentralização. Contrariando as normativas, o governo não realizou a distribuição de recurso financeiro entre os entes federativos, mas direcionou todo recurso para o Ministério da Defesa, responsável pelas ações da Operação Acolhida, sem estabelecer nenhum tipo de fiscalização, controle ou participação social.

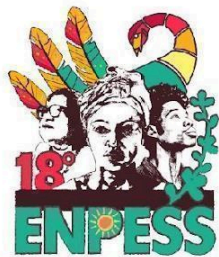
Para Paiva e Gonçalves (2021), essa crescente militarização tanto no contexto migratório, quanto nos contextos urbanos, principalmente dentro das favelas, viola os direitos dos cidadãos e perpetua as forma de dominação de classe que molda toda a estrutura do Estado brasileiro. Assim, para as autoras a Operação Acolhida, como ajuda humanitária representa a participação das Forças Armadas na segurança interna do país. Além do controle fronteiriço, as Forças Armadas foram responsáveis por garantir a segurança pública dentro de suas próprias fronteiras, algo pouco adotado por países democráticos.

Jarochinski Silva e Albuquerque (2021) afirmam que a presença de militares na gestão dos movimentos migratórios na fronteira Brasil-Venezuela representa a lógica da Segurança Nacional. Para os autores, o Estado brasileiro exterioriza seu posicionamento atrelado ao paradigma da soberania, colocando-se superior a todos os demais, subordinando diferentes atores e apresentando-se como a última voz nas decisões frente aos temas que atua.

Além disso, conforme explicam os autores, o fato da Operação Acolhida apresentar caráter militarizado e contemplar a ideia de ordenamento das fronteiras acaba por difundir à população a percepção de migrantes como ameaça à segurança nacional. Isso reforça a narrativa divulgada por grupos xenofóbicos e nacionalistas, baseada em preconceitos e discriminação étnico raciais em relação a determinados grupos de migrantes.

Diante do exposto, a Operação Acolhida, apesar de apresentar caráter humanitário, revela complexidades e contradições inerentes à militarização das política migratórias e humanitárias. As implicações dessa abordagem precisam ser aprofundadas e debatidas, pois as ações humanitárias apesar de essencial, frequentemente perpetuam desigualdades e violações de direitos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A presença das Forças Armadas como um instrumento de controle da migração venezuelana na fronteira entre Brasil e Venezuela representa a lógica da segurança nacional, manifestando-se como uma política discriminatória que contraria os princípios que norteiam todos os acordos e marcos regulatórios relativos aos direitos dos migrantes e refugiados no Brasil. Além disso, pode-se afirmar que essa abordagem reproduz as formas de dominação de classe que permeiam a estrutura do Estado brasileiro, balisada pelo modelo hegemônico estadocêntrico da divisão de mundo, o qual perpetua as desigualdades sociais (Paiva e Gonçalves, 2021).

Nesse contexto, torna-se evidente que a Operação Acolhida, embora apresentada pelo Estado brasileiro como uma resposta humanitária ao intenso fluxo migratório de venezuelanos, representa a participação das Forças Armadas na segurança interna do país, ou seja, em “ações de segurança pública dentro de suas próprias fronteiras, algo adotado por poucos países democráticos. Diante do exposto, pode-se concluir que a Operação, apenas instituiu medidas de acolhimento, sem avançar nas políticas de integração.

Por fim, é importante ressaltar que a administração dos abrigos de acolhimento aos refugiados realizada por militares em Roraima retirou qualquer possibilidade de protagonismo da Política de Assistência Social. Cabe lembrar que a Assistência Social é uma política pública de direito e dever intransferível do Estado, essencial para garantir a proteção social dos indivíduos que dela necessitam.

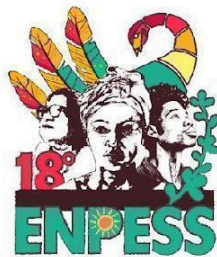
Neste contexto, é imperativo que se promova um esforço para compreender como o processo de militarização se entrelaça com a agenda de enfraquecimento do Estado de direito. A militarização da política pública é uma realidade que não deve ser apenas objeto de estudo acadêmico, mas deve também ser incorporada à agenda dos atores políticos, especialmente no âmbito do Serviço Social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIJUS, Leila; SILVA, Gabriela Mendes. Os desafios da ajuda humanitária internacional: a busca entre a equivalência entre os direitos das vítimas e os deveres dos estados. **Confluências**, v.1, n.3, (p. 20-44), 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/34695/22963>. Acesso em: 16 mai. 2024.

DOUZINAS, Costas. As muitas faces do humanitarismo. In.: **Direito e Práxis [Revista]**, Rio de Janeiro, vol. 6, N. 11, 2015 - p.375-424. ISSN 2179-8966. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/16531/12419>. Acesso em: 09 jun. 2024.

JAROCHINSKI SILVA, João Carlos; ALBUQUERQUE, Élysson Bruno Fontenele de. **Operação**



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Acolhida: avanços e desafios. In.: **Caderno de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**, v.16, n.16 (2021). Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos. ISSN: 1984.2104. Disponível em: < https://www.migrante.org.br/wp-content/uploads/2021/10/IMDH_Caderno_ed16_web.pdf> Acesso em: 28 fev. 2024.

KURZ, Robert. Barbárie, migração e guerras de ordenamento mundial: Para uma caracterização da situação contemporânea da sociedade mundial. In: **SERVIÇO PASTORAL dos Migrantes. (Org.) Travessias na desordem global** — Fórum Social das Migrações. São Paulo: Paulinas, 2005. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz281.htm>. Acesso em 01 mai. 2023.

LÖWY, Michael & SADER, Eder. “A militarização do Estado na América Latina”. In: **América Latina – Cinquenta anos de Industrialização** (Org. Pedro Calil Padis). São Paulo: Hucitec, 1979, p. 59-88.

PAIVA, Ariane Rego de; GONÇALVES, Gabriela de Paiva. Operação Acolhida: Entre a Militarização e a Assistência Social. In.: **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [S. l.], v. 13, n. 26, p. 164–181, 2021. DOI: 10.14295/rbhcs.v13i26.12552. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/12552>. Acesso em: 15 mai. 2024.

PENIDO, Ana. Repensando um velho fenômeno: A tutela militar na política brasileira. In.: **La crisis de la democracia en América Latina**. Coordinación general de Andrés Tzeiman; Danilo Enrico Martuscelli. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2024. Libro digital, p. 107-126. ISBN 978-987-813-704-9. Disponível em: https://www.pliniocorreadeoliveira.info/wp-content/uploads/2024/03/TD_2024_democracia_en_america_latina.pdf. Acesso em: 01 mai. 2024.

ROUQUIÉ, Alain. **O Estado militar na América Latina**. Tradução Leda Rita Cintra Ferraz. São Paulo: Alfa-Ômega. 1984.